

Economia

Vitória (ES), segunda-feira
31 de janeiro de 2005
Editora: Elaine Silva
ecferreira@redgazeta.com.br
3321-8327

AJ11889

“Com fé, um dia melhora”



MISÉRIA E DOENÇA. Com problemas de coluna, Maria Madalena não pode mais trabalhar como faxineira e sobrevive com os R\$ 90,00 que recebe do programa bolsa-escola do Governo federal. Ela recebe “de vez em quando” uma cesta básica e espera ganhar uma casa nova no conjunto que a prefeitura está construindo. FOTO: ROSÂNGELA VENTURI

Esperança apesar de tudo



DOENÇA E DESEMPREGO. Ceni Raimundo vive com o dinheiro que recebe da aposentadoria do pai de 90 anos e o benefício de uma filha deficiente mental. Apesar da maior parte do dinheiro ser usado para comprar remédios, ela ainda não perdeu a esperança de que um dia a vida vai melhorar no interior de Presidente Kennedy. FOTO: ROSÂNGELA VENTURI

Dinheiro do petróleo não reduz bolsões de miséria

Segunda
reportagem sobre
os bolsões de
miséria mostra a
situação no Sul

ROSÂNGELA VENTURI

CACHOEIRO. Maria Madalena do Rosário é semi-analfabeta, tem 50 anos, sete filhos e um sonho: possuir uma geladeira para “beber água fresquinha”. Moradora de um barraco de três cômodos de pau-a-pique (paredes de barro) com três filhos menores, na periferia de Presidente Kennedy, ela está desempregada e com problemas de saúde.

Sua família sobrevive com uma renda mensal de aproximadamente R\$ 90,00, provenientes de programas sociais do Governo Federal. “É dinheiro do bolsa-escola dos meninos”, conta.

Sem televisão ou geladeira, sua casa é de chão batido. O tanque é improvisado, sem torneira. Para comer é quase sempre arroz e feijão. Às vezes um sem o outro.

Com problemas de coluna, Maria não pode mais trabalhar como faxineira. “A vida está difícil, mas com fé em Deus um dia melhora. De vez em quando a gente ganha uma cesta básica”, comenta resignada. Ela espera ganhar também uma casa nova em um conjunto habitacional da prefeitura.

Contraste. Maria é uma das centenas de moradores de Presidente Kennedy que vivem no limite da pobreza. O município vive um contraste. Tem um Índice de Desenvol-

vimento Humano (IDH) ruim, integra a Bacia do Itabapoana, um dos 13 bolsões de pobreza do país que constam no relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas é considerado um dos eldorado do petróleo no Estado.

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) o município de Presidente Kennedy recebeu R\$ 9,6 milhões referentes aos royalties da exploração de petróleo em todo o ano passado.

O valor praticamente triplicou em relação a 2003 quando, segundo a ANP, o montante repassado foi de R\$ 3,2 milhões. Apesar do aumento da receita, o município ainda não conseguiu reverter os indicadores sociais que o incluem entre as áreas de estagnação econômica no relatório da ONU.

A atual secretária de Educação, Tânia Correa, esposa do prefeito Aluizio Correa, reeleito para o cargo, diz que o fato de sempre se associar o município de Presidente Kennedy à pobreza extrema incomoda. “Pobre tem em todo lugar. Não vejo maior gravidade na situação daqui. O importante é que não estamos de braços cruzados”, afirma. Ela já esteve à frente da Secretaria de Ação Social no mandato anterior do marido. Tânia destaca que o repasse dos royalties se tornou mais significativo nos últimos dois anos. “Foram feitos investimentos em infraestrutura, mas ainda há muito o que fazer”, reconhece.

Ela diz que além de buscar incluir mais famílias do município no Programa Bolsa-Família do Governo Federal, é intenção construir habitações populares e criar alternativas de trabalho

e renda, por meio da qualificação da mão-de-obra.

O relatório da ONU confere com a frase da secretária de que “pobre existe em qualquer lugar”. A grande questão não é a pobreza, mas a falta de oportunidades. Como é também o caso de Ceni Raimundo, 46 anos, outra moradora de Kennedy, na localidade de São Paulinho, a 11 quilômetros da sede. Resignada pela situação em que vive, ela também tenta manter viva a esperança

em dias melhores.

Na véspera do Natal um deslizamento de encosta quase destruiu sua casa, um barraco de cinco cômodos onde mora com o pai de 90 anos, acamado, uma filha deficiente mental, mais um filho e um irmão desempregados.

Ceni trabalhava como empregada doméstica, mas teve que deixar o trabalho para cuidar do pai. Seu filho Hélio Carlos, de 25 anos, está desempregado, assim como o tio.

Hoje, a renda da família se resume a dois salários mínimos (R\$ 480,00): a aposentadoria do pai de Ceni e o benefício que a filha deficiente recebe do INSS. Pelo menos metade do dinheiro é gasto com remédios. Sobra pouco para o essencial. E falta muito para sonhar com perspectivas para o futuro, principalmente em se tratando de oportunidades de emprego, condições de moradia, saneamento básico e saúde.

Mapa da pobreza

O Espírito Santo possui duas regiões incluídas nos bolsões de pobreza denunciados no relatório da ONU. São 17 municípios nas regiões da Bacia de Itabapoana e do Vale do Jequitinhonha-Mucuri



ENTENDA

■ **Carência.** A Organização das Nações Unidas (ONU) considera pobreza extrema a condição de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia e sem serviços de água tratada e esgoto.

■ **Renda.** Muitas famílias de até cinco pessoas, como as mostradas na reportagem de ontem, em Pedro Canário, e na de hoje, vivem com US\$ 30 por mês (convertendo os R\$ 90,00 do bolsa-família e bolsa-escola em dólares). Mas, é preciso considerar que os US\$ 30 sustentam as quatro ou cinco pessoas da família por um mês.

■ **Regiões.** No Espírito Santo, 17 municípios estão incluídos nas chamadas mesoregiões, ou nos 13 bolsões de pobreza e estagnação econômica identificados pelo relatório da ONU e pelo Ministério da Integração Nacional.

■ **Estagnação.** Tanto a ONU quanto o Governo federal não classificam estas regiões como de extrema pobreza, visto que não estão incluídas as grandes metrópolis onde também existe pobreza em nível acentuado. Estas áreas têm bolsões de pobreza, mas o problema maior é a falta de alternativa econômica.

■ **Alerta.** Na semana passada, a ONU divulgou um amplo estudo, elaborado por mais de 200 especialistas, onde faz um alerta para os países em desenvolvimento. Até 2015, os governos destes países devem combater a estagnação nas 13 mesoregiões onde vivem 26 milhões de brasileiros, 312 mil só no Espírito Santo.